



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N ° 005/2024

MUNICIPIO DE DOIS LAJEADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA IND. COM. TUR.E DESPORTO
PROCESSO N° 2024/2581
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
TIPO DE PARTICIPAÇÃO: LICITAÇÃO AMPLA DISPUTA
MODO DE DISPUTA: ABERTO

Afixado no Quadro Mural de
08/11/2024 a 27/11/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOIS LAJEADOS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade concorrência, na forma eletrônica, do tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa para a execução de **SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE DOIS LAJEADOS**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Federal nº 8.538/2015; demais legislações pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente Edital.

CAPÍTULO 1 - DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

1.1 - A sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA será realizada no seguinte endereço: www.bllcompras.org.br, no dia **27 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 09 HORAS**, podendo as propostas serem enviadas até às 08h59min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília, DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, tendo como **início do recebimento das propostas às 08h00min do dia 11/11/2024 e término às 08h59min do dia 27/11/2024**.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4 - O modo de disputa será o aberto, conforme art. 56, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO 2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com extensão de 14.280,38 metros quadrados, com fornecimento de material e mão-de-obra, tudo conforme informações contidas nos anexos, partes integrantes deste edital, conforme descrito a seguir:

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHO DA ESTRADA QUE LIGA DOIS LAJEADOS A SÃO VALENTIM DO SUL - 4ª ETAPA DA ROTA TURÍSTICA ÁGUAS E VALES - EST. 2+820 ATÉ EST. 5+200, COM EXTENSÃO DE 14.280,38 METROS QUADRADOS.

OBJETIVO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com extensão de 14.280,38 metros quadrados, com o objetivo de melhorar a infraestrutura rodoviária no território do Município de Dois Lajeados, bem como alavancar significadamente o desenvolvimento econômico e turístico do Município e região.

ORIGEM DOS RECURSOS: Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024, celebrado entre o Município de Dois Lajeados e o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS e recursos próprios, conforme o PROA 24/0435-0010128-5.

VALOR MÁXIMO: O Valor máximo aceito para a execução total dos serviços é de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais).

REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da obra é de 120 (cento e vinte) dias, conforme Cronograma Físico – Financeiro do Projeto, a contar da expedição da ordem de serviço, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa.

ANEXOS

Anexo 01 – Memorial Descritivo.

Anexo 02 – Planilha Orçamentária.

Anexo 03 – Cronograma Físico-Financeiro.

Anexo 04 – Composições.

Anexo 05 – Planilha Composição de BDI.

Anexo 06 – Tabela dos Encargos Sociais.

Anexo 07 – Prancha 01 - Situação e Localização.

Anexo 08 – Prancha 02 - Seção Tipo Pavimentação.

Anexo 09 – Pranchas 03 a 11 - Projeto Geométrico.

Anexo 10 – Pranchas 12 a 29 - Cortes e Seções.

Anexo 11 – Pranchas 30 a 33 - Drenagem.

Anexo 12 – Pranchas 34 a 38 - Projeto de Sinalização e Pavimentação.

2.2 - Faz parte integrante deste objeto os materiais a serem utilizados, a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários à execução dos trabalhos, sinalização, limpeza da obra, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõem ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte do Município de Dois Lajeados.

2.3 - Os serviços a serem desenvolvidos pela empresa Contratada compreenderão os descritos no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Encargos Sociais, parâmetros do BDI e Projetos de Engenharia, em anexo.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



2.4 - Os produtos utilizados para execução do objeto deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente.

2.5 - A proponente deverá dispor de todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços.

2.6 - A Contratada deverá atender todos os critérios técnicos estabelecidos neste Edital, bem como as demais obrigações e responsabilidades constantes do Termo de Referência (Anexo 13).

2.7 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços/bens de forma independente.

2.8 - Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

CAPÍTULO 3 – DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:

3.1 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o **Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL** www.bllcompras.org.br, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu cadastramento junto ao referido sistema, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica e informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2 - O licitante deverá ser previamente credenciado perante o provedor do sistema, devendo possuir para o acesso ao Sistema a chave de identificação e a senha de acesso pessoal e intransferível obtidas junto ao “Cadastro de Fornecedores”, através do endereço eletrônico: www.bllcompras.org.br/cadastro/.

3.3 - É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.3.2 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.3.3 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.3.4 - Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica; e

3.3.5 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

CAPÍTULO 4 - DO ENVIO DA PROPOSTA INICIAL E DECLARAÇÕES

4.1 - A proposta inicial deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderá ser retirada ou substituída até a abertura da sessão pública, sendo considerada inválida a proposta e declarações apresentadas por quaisquer outros meios;

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



4.2 - O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema ou anexar as declarações a seguir, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1 - Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, Inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.2 - O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei, conforme prevê o art. 63, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.3 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme rege o art. 63, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.4 - Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, vinculado ao órgão responsável pela licitação (Município de Dois Lajeados).

4.2.5 - O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme rege o art. 4º, §1º, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.6 - Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado Ata de Registro de Preços e/ou Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme rege o art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.7 - Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3 - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

4.4 - As empresas licitantes deverão anexar sua proposta ajustada aos lances finais/negociados, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação dos vencedores, juntamente com os demais documentos solicitados conforme exige Capítulo 11 do edital, podendo este prazo, ser prorrogado a critério da Agente de Contratação.

CAPÍTULO 5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - Os licitantes deverão registrar sua proposta, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, nos seguintes campos:

a) Valor total global, em moeda corrente nacional;

5.2 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou prestação dos serviços.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



5.3 - Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5.4 - Nos casos em que a marca identificar a licitante, deverá constar a expressão "Marca própria".

CAPÍTULO 6 - VEDAÇÕES

6.1 - Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme rege o art. 9º, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO 7 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - No dia e hora indicados no preâmbulo, a Agente de Contratação abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2 - O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3 - A comunicação entre a agente de contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



7.4 - Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

CAPÍTULO 8 - CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, em atendimento ao art. 59, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3 - A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5 - As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6 - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.9 - Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.10 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

CAPÍTULO 9 - MODO DE DISPUTA

9.1 - Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no Capítulo 8.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



9.2 - A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4 - Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.5 - Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.6 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Agente de Contratação persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.bllcompras.org.br.

CAPÍTULO 10 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 4.2.5 e 4.2.6 deste Edital;

10.1.2 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

10.1.4 - O disposto no item 10.1.2 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2 - Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, de acordo com o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



10.3 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.4 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

CAPITULO 11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - A Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.1.1 - O prazo que se refere o item 11.1 poderá ser prorrogado por igual período pela Agente de Contratação quando:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa feita no chat, devidamente aceita pela Agente de Contratação;
- b) a critério da Agente de Contratação.

11.2 - A proposta de preços (*Modelo Anexo 14*) deverá:

11.2.1 - Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa e/ou procurador, contendo o valor total proposto, bem como o desdobramento deste, informando a parte que se refere aos serviços e a que se refere aos materiais, expresso em moeda corrente nacional, sem qualquer forma de reajuste.

11.2.2 - Conter todas as especificações do objeto conforme disposto no edital.

11.2.3 - Preços expressos em moeda corrente nacional, com duas casas após a vírgula, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e/ou por extenso;

11.2.4 - A empresa deverá anexar, junto de sua proposta, as seguintes planilhas e documentos:

- a) Planilha detalhada para cálculo dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);
- b) Tabela de encargos sociais;
- c) Cronograma físico-financeiro, dividindo a execução dos serviços de acordo com o cronograma informado nos anexos, de acordo com o preço proposto e prazo estipulado, firmada no mínimo pelo responsável técnico da empresa licitante;
- d) Planilha orçamentária, discriminando mão-de-obra e materiais, seus quantitativos, preços unitários e totais para cada item (materiais e de serviços), firmada no mínimo pelo responsável técnico da empresa licitante;
- e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- f) Declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução da obra, no qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas e estabelecidas e pela fiel observância das especificações técnicas. Este subitem está incluído na proposta conforme **Anexo 14**;

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



11.3 - A proposta adequada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 - Poderão ser admitidos, pela Agente de Contratação, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

CAPÍTULO 12 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - Recebida a proposta, a Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.3 - A Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.4 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pela Agente de Contratação.

12.5 - Havendo necessidade, a Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.6 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 - A Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8 - Também nas hipóteses em que a Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.10 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.10.1 - Contiver vícios insanáveis;

12.10.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

12.10.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.10.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

12.10.5 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.11 - No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



12.11.1 - A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item 12.11, só será considerada após diligência da Agente de Contratação, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

CAPÍTULO 13 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 - Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - **Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.**

13.3 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de **até 03 (três) horas**, após solicitação da Agente de Contratação, podendo ser prorrogável por igual período.

13.4 - Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.4.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

13.4.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.5 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

13.5.1 - Se o licitante for matriz da empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

13.5.2 - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto as certidões expedidas pela União e documentos técnicos que poderão estar em nome da matriz;

13.6 - O licitante enquadrado como MEI – Microempreendedor Individual está dispensado da apresentação dos documentos previstos nas alíneas “a” e “b” do item 13.8, os quais deverão ser substituídos pela apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, condicionada a verificação da autenticidade no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br.

13.7 - **A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme itens a seguir.**

13.8 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme previsto pelo artigo 66, da Lei Federal nº 14.133/21, compreenderá:

- a) Registro Comercial em caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



13.9 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, conforme previsto pelo artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, compreenderá:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes Estadual, ou, municipal, se houver, da sede de licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da Licitação.
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.10 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, conforme previsto pelo artigo 69, da Lei Federal nº 14.133/2021, compreenderá:

13.10.1 - Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente autenticado na Junta Comercial, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

13.10.1.1 - É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

13.10.1.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

13.10.1.3 - Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

13.10.1.4 - O documento referido no item 13.10.1 limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.10.2 - Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante, dos índices econômicos abaixo referidos, para comprovação de sua boa situação financeira e econômica:

Indicadores	Fórmula	Índices mínimos
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (AC/PC)$	LC = 1
Liquidez Geral (LG)	$LG = (AC+RLP) / (PC+ELP)$	LG = 1

AC - Ativo Circulante.

PC - Passivo Circulante.

RLP - Realizável a Longo Prazo.

ELP - Exigível a Longo Prazo.

13.10.2.1 - Os índices econômicos indicados na Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente no artigo 69, *caput*, destinam-se, exclusivamente, à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentar capacidade para concluir o objeto da obrigação.

13.10.3 - A empresa licitante deverá comprovar possuir capital social de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme previsto no Art. 69, § 4º da L. F. nº 14.133/2021.

13.10.4 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da emissão do mesmo.

13.11 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

13.11.1 - Certificado de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da Empresa e do Profissional responsável** pela mesma.

13.11.1.1 - Quando concorrer empresa sediada em outro Estado deverá cumprir o disposto na Lei nº 5.194 de 24/12/1966 e Resolução nº 413 de 27/06/1997.

13.11.1.2 - O Certificado acima poderá ser emitido separadamente ou em um único documento.

13.11.2 - CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL: Comprovação de que a **empresa licitante** possui capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) atestado**, de execução de obra e/ou serviço de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou no CAU, devendo apresentar a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), contendo as seguintes informações: nome da Contratada e da Contratante; identificação do tipo ou natureza da obra; localização da obra; período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades; que comprove a execução de serviços, limitados exclusivamente a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto desta licitação, conforme segue:

Serviço	Unid.	Qtde Planilha	Qtde a ser atendida - 50%
Base de Brita Graduada	m3	3.713,06	1.856,53
CBUQ	T	1.713,72	856,86

13.11.3 - CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL: Comprovação de que a licitante possui em seu quadro, **profissional responsável técnico** detentor de **no mínimo 01 (um) atestado** de responsabilidade técnica, por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados de execução de obras, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou no CAU, devendo apresentar a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), contendo as seguintes informações: nome da Contratada e da Contratante; identificação do tipo ou natureza da obra; localização da obra; período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades.

13.11.3.1 - Caso o Responsável Técnico seja o mesmo constante no Certificado do item "13.11.2." acima, fica dispensado o Atestado de Capacitação Técnico-Profissional.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



13.11.3.2 - Comprovação de que o profissional mencionado no atestado, pertence ao quadro permanente da empresa, será feito através de:

a) Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social;

b) No caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social(CTPS);

c) Em caso de vínculo contratual não CLT, apresentar o Contrato de Prestação de Serviços.

13.11.3.3 - Comprovação da empresa licitante possuir em seu quadro, equipe técnica para execução da obra. A equipe mínima necessária deverá ser composta por: 01 (um) engenheiro civil ou arquiteto; 01 (um) topógrafo; 01 (um) laboratorista;

13.11.3.3.1 - Comprovação de que os profissionais acima mencionados, pertencem ao quadro permanente da empresa, será feito através de:

a) Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social;

b) No caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social(CTPS);

c) Em caso de vínculo contratual não CLT, apresentar o Contrato de Prestação de Serviços.

13.11.4 - EQUIPAMENTOS - Declaração formal, sob as penalidades cabíveis, conforme previsto na lei de licitações, da relação e da disponibilidade dos equipamentos mínimos necessários para execução desta licitação, a saber:

- a) uma usina de asfalto a quente;
- b) uma vibroacabadora de asfalto;
- c) Um rolo liso autopropelido;
- d) Uma vassoura mecânica;
- e) Um rolo de pneus da pressão variável;
- f) Um caminhão espargidor;
- g) Três caminhões caçamba;
- h) Uma motoniveladora;

13.11.5 - A empresa licitante deverá apresentar a **disponibilidade e localização da Usina de Asfalto e britagem**, para elaboração do CBUQ acompanhada da Licença de Operação da Usina, emitida pelo órgão ambiental competente FEPAM.

13.11.5.1 - Se a usina e a britagem não for de propriedade do licitante, deverá apresentar declaração de disponibilidade do proprietário para atendimento do edital ou contrato de fornecimento e deverá ser atendidos da mesma forma todas as exigências do edital (comprovação de localização e LO).

13.11.5.2 - Devido à natureza do Concreto Betuminoso Usinado à Quente, deve ser resguardada a relação Temperatura-Viscosidade, assim, é fundamental a proximidade da usina com o local da obra. Entende-se para tanto distância máxima de 50 (cinquenta) km ou um tempo máximo de deslocamento de até 60 (sessenta) minutos, preservando as especificações conforme DAER (DAER – ES – P 16/91).

13.11.6 - Atestado de visita técnica ao local onde será executada a obra, conforme previsto na lei de licitações, atestando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, fornecido ao representante legal ou responsável técnico da empresa licitante interessada, expedido pelo Setor de Planejamento do Município, com data da visita de no mínimo 03

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



(três) dias antes da data marcada para a abertura das propostas.

13.11.6.1 - A visita técnica deverá ser previamente agendada junto ao Setor de Planejamento do Município de Dois Lajeados/RS, pelo telefone (54) 3471-1122, ramal 04. De segunda a sexta-feira, entre os horários das 8h às 11h e das 13h às 16h horas.

13.11.6.2 - A visita de vistoria tem por objetivo dar à municipalidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da presente licitação, para que as propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características das obras licitadas, resguardando a Administração Municipal de possíveis inexecuções contratuais. Assim, a visita técnica se mostra essencial para o cumprimento adequado das obrigações contratuais.

13.12 - As empresas constituídas em forma de cooperativas de trabalho, deverão ainda, para fins de habilitação, apresentar os seguintes documentos:

13.12.1 - Ata de Fundação;

13.12.2 - Estatuto Social com todas as suas alterações, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou;

13.12.3 - Regimento Interno, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou;

13.12.4 - Regimento dos Fundos Instituídos pelos cooperados, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou;

13.12.5 - Documentos de eleição de seus administradores;

13.12.6 - Documentos de deliberação quanto ao seu funcionamento;

13.21.7 - Ata da sessão pela qual os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.12.8 - Relação dos cooperados que executarão o objeto, discriminando e comprovando a data de seus ingressos na cooperativa.

13.13 - Os documentos que dependam de prazo de validade e que não contenham esse prazo especificado no próprio corpo, em lei ou neste processo, devem ter sido expedidos em no máximo 03 (três) meses anteriores a data de realização da sessão.

13.14 - Se o proponente for representado por procurador deverá juntar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação;

CAPÍTULO 14 - VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO

14.1 - Os documentos de habilitação, de que trata o Capítulo 13 serão examinados pela Agente de Contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

14.2 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

14.3 - A Agente de Contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

14.4 - A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.2.5 e 4.2.6 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.5 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.6 - Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14.7 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais (não digitais) quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

14.8 - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

14.9 - A Agente de Contratação poderá atestar a regularidade das empresas e também de seu sócio majoritário, através de consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no site www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

14.10 - A Agente de Contratação poderá efetuar consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a regularidade das empresas e/ou e também de seu sócio majoritário;

14.11 - A Agente de Contratação poderá efetuar a consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis, no site www.cnj.jus.br, a regularidade das empresas e também de seu sócio majoritário, no que tange ao registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade pelo Conselho Nacional de Justiça.

14.12 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.13 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.14 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória.

14.15 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

CAPÍTULO 15 - DOS RECURSOS

15.1 - Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



15.2 - O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.3 - Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 15.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) a apreciação dar-se-á em fase única.

15.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.6 - O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, conforme art. 168, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO 16 - ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

CAPÍTULO 17 - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

17.1 - O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato (*Minuta Anexo 15*) ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.4 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.5 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 17.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.6 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante, caso houver.

CAPÍTULO 18 - DA GARANTIA

18.1 - No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 96, § 1º, I, e III, da Lei Federal nº 14.133/21, correspondente a 5% do valor contratado.

18.2 - A licitante terá o prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual.

18.3 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do contratado em relação à execução dos serviços ora contratados.

18.4 - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

CAPÍTULO 19 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

19.1 - A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

19.2 - A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente, o memorial descritivo, os projetos e demais documentos, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

19.3 - A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.

19.4 - Da execução do Contrato:

19.4.1 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

19.4.2 - A Contratada assume única e exclusivamente a responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

19.4.3 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ao preposto da empresa o que for

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo as ocorrências ser registradas no Diário de Obra.

19.4.4 - Após a assinatura do contrato e, antes de iniciar a obra, a contratada deverá **apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)**, ao Setor de Engenharia para receber a ordem de serviço dos serviços.

19.4.5 - A Contratada deverá efetuar matrícula da obra constante neste objeto, junto ao INSS, caso necessário.

19.4.6 - É de responsabilidade da licitante vencedora a qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto, sendo que a obra terá garantia contra defeitos ou irregularidades nas construções previstas em Lei.

19.4.7 - A licitante vencedora deverá substituir todo e qualquer material que estiver fora dos padrões solicitados, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.

CAPÍTULO 20 - VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DA OBRA

20.1 - O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.

20.2 - O objeto da presente licitação deverá ser executado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ordem de início dos Serviços emitida pela Administração, podendo ser prorrogado uma vez, justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

CAPÍTULO 21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - Os pagamentos serão efetuados obedecendo à planilha de execução física-financeira, cuja fiscalização será acompanhada pelo engenheiro/arquiteto responsável da Prefeitura Municipal. O mesmo verificará os Laudos de Medição (Vistoria), para liberação dos valores, o que ocorrerá tão somente quando da aprovação do mesmo.

21.2 - Os pagamentos serão efetuados em depósito em conta corrente, sendo que esta deverá estar em nome da pessoa jurídica;

21.3 - A Contratada deverá destacar na nota fiscal o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, se for o caso, de conformidade com a Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, com base na tese fixada no recurso extraordinário 1.293.453 (STF).

21.3.1 - Caso a Contratada seja optante pelo Simples Nacional ou possua Certificado de Filantropia, estará dispensada da retenção de que trata o *item* 21.3.

21.4 - No pagamento serão retidos as demais retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos por lei.

21.5 - A licitante vencedora deverá obrigatoriamente fornecer as Notas Fiscais, **constando** a identificação do processo licitatório Concorrência Eletrônica 005/2024, o número do contrato a ser firmado e a identificação do Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS - PROA 24/0435-0010128-5.

21.6 - Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na execução dos serviços.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



21.7 - A última parcela de pagamento fica condicionada a entrega da CND (Certidão Negativa de Débitos) da obra, demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais com o INSS da obra.

21.8 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

21.9 - As despesas provenientes deste edital/contratação correrão à conta dos recursos consignados na **Lei Orçamentária nº 2.000/2023, para o exercício de 2024**, conforme dotações orçamentárias a seguir:

Recurso Vinculado → Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024 - DAER/RS

Recurso 1122 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales - R\$ 2.000.000,00
09 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto
1.086 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales
4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações (Despesa 113)

Recurso Livre → Contrapartida do Município

Recurso 0001 – Recursos Próprios - R\$ 600.000,00
09 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto
1.086 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales
4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações (Despesa 8117)

CAPÍTULO 22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1 deste edital as seguintes sanções, de acordo com o Art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

22.4 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

22.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.6 - A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.7 - Na aplicação da sanção prevista no item 22.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.8 - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.9 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.10 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.11 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.12 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



22.13 - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 22.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CAPÍTULO 23 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

23.1 - Para recebimento do objeto desta contratação, a Secretaria da Administração, juntamente com o Setor de Planejamento fará o acompanhamento nos termos do artigo 140, I "a" e "b", da Lei Federal nº. 14.133/21, da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, imediatamente depois de efetuada a entrega dos projetos e demais documentos, para efeito de posterior verificação das exigências de caráter técnico.

b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação das exigências contratuais.

23.2 - Após o recebimento definitivo as partes estipulam garantia contratual de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra, período em que a empresa executora será responsável em reparar ou substituir, sem ônus ao Município os defeitos apresentados na obra decorrentes da má execução, bem como pela qualidade e durabilidade da obra.

CAPÍTULO 24 - ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

24.1 - Caso haja interesse na apresentação de esclarecimento e impugnação ao edital, deverá ser enviado para a Agente de Contratação, em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do certame, nos termos do Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, e enviado através do sistema eletrônico www.bllcompras.org.br ou do endereço eletrônico, licitacao@doislajeados.rs.gov.br, devidamente assinado e com identificação de quem apresentou e assinou o recurso ou a contrarrazão, para que, assim, possa ser protocolado junto ao protocolo da Prefeitura Municipal de Dois Lajeados;

24.2 - A Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, nos termos Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

24.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo que caberá a Agente de Contratação, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo acima estipulado;

24.4 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação;

24.5 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

24.6 - Não serão reconhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



CAPÍTULO 25 – DO SUPORTE LEGAL

Esta licitação foi regularmente solicitada pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto conforme solicitação nº 2024/4341, com fundamento no artigo 28, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, bem como autorizada pela Autoridade Superior, o Sr. Prefeito Municipal, conforme consta no Processo n. 2024/2581, tendo ainda seu conteúdo e anexos devidamente analisados pela Assessoria Jurídica, obedecendo aos requisitos legais dispostos no Art. 53 da Lei n. 14.133/2021.

CAPÍTULO 26 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1 - A presente licitação reger-se-á pelas resoluções deste Edital de Concorrência Pública e pela Lei n.º 14.133/2021.

26.2 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Agente de Contratação.

26.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.5 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Agente de Contratação.

26.7 - A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

26.8 - Os casos omissos serão resolvidos pela Agente de Contratação, que decidirá com base na Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/06, além da Legislação Civil em vigor.

26.9 - As decisões referentes a este processo licitatório, intimações, atas, respostas aos recursos e as impugnações serão publicadas no Portal da Transparência do Município, através dos endereços eletrônicos www.doislajeados.rs.gov.br e www.bllcompras.org.br.

26.10 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé, RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

26.11 - Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

Anexo 01 – Memorial Descritivo;

Anexo 02 – Planilha Orçamentária;

Anexo 03 – Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo 04 – Composições;

Anexo 05 – Planilha Composição de BDI;

Anexo 06 – Tabela dos Encargos Sociais;

Anexo 07 – Prancha 01 - Situação e Localização;

Anexo 08 – Prancha 02 - Seção Tipo Pavimentação;

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Dois Lajeados

DOIS LAJEADOS
"UM PEQUENO PARAÍSO"

- Anexo 09 – Pranchas 03 a 11 - Projeto Geométrico.
- Anexo 10 – Pranchas 12 a 29 - Cortes e Seções;
- Anexo 11 – Pranchas 30 a 33 - Drenagem;
- Anexo 12 – Pranchas 34 a 38 - Projeto de Sinalização e Pavimentação;
- Anexo 13 – Termo de Referência;
- Anexo 14 – Modelo de Proposta Financeira;
- Anexo 15 – Minuta de Contrato.

CAPÍTULO 27 – DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES:

Informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, de segundas a sextas-feiras, na Prefeitura Municipal de Dois Lajeados-RS, na Rua Dr. Afrânio Hidalgo Lemos, n.º 549, em Dois Lajeados-RS, onde poderão obter o presente edital e de seus anexos, pelo fone/fax n.º (54) 3471-1122 – Ramal 4 ou pelo site www.doislajeados.rs.gov.br, no Portal Transparência, nas abas Licitações e/ou Publicações de Editais de Licitações / Ano 2024 e no site www.bllcompras.org.br.

Dois Lajeados, RS, 08 de novembro de 2024.

TIAGO GRANDO
Prefeito Municipal

Este edital, quanto aos termos, a modalidade e o tipo, foi examinado e aprovado pelo serviço jurídico do Município.

Em ____/____/2024.

Assessor Jurídico

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



ANEXO 13

TERMO DE REFERÊNCIA

A Prefeitura Municipal de Dois Lajeados, por meio da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto, apresenta o Termo de Referência para contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica.

Este Termo de Referência destina-se a fornecer informações técnicas relevantes para a execução da obra, bem como definir os critérios e orientar os procedimentos a serem observados na sua fiscalização.

1 - OBJETO:

Contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com extensão de 14.280,38 metros quadrados, com fornecimento de material e mão-de-obra.

2 - DESCRIÇÃO DETALHADA:

Contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com extensão de 14.280,38 metros quadrados, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme Memorial descritivo, demonstrativo do cálculo do BDI, Planilha Orçamentária, Cronograma físico-financeiro e projetos, anexos a este termo. Seguem as especificações constantes no quadro abaixo:

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHO DA ESTRADA QUE LIGA DOIS LAJEADOS A SÃO VALENTIM DO SUL - 4ª ETAPA DA ROTA TURÍSTICA ÁGUAS E VALES - EST. 2+820 ATÉ EST. 5+200, COM EXTENSÃO DE 14.280,38 METROS QUADRADOS.

OBJETIVO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com extensão de 14.280,38 metros quadrados, com o objetivo de melhorar a infraestrutura rodoviária no território do Município de Dois Lajeados, bem como alavancar significadamente o desenvolvimento econômico e turístico do Município e região.

ORIGEM DOS RECURSOS: Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024, celebrado entre o Município de Dois Lajeados e o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS e recursos próprios, conforme o PROA 24/0435-0010128-5.

VALOR MÁXIMO: O Valor máximo aceito para a execução total dos serviços é de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais).

REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da obra é de 120 (cento e vinte) dias, conforme Cronograma Físico – Financeiro do Projeto, a contar da expedição da ordem de serviço, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



ANEXOS
Anexo 01 – Memorial Descritivo.
Anexo 02 – Planilha Orçamentária.
Anexo 03 – Cronograma Físico-Financeiro.
Anexo 04 – Composições.
Anexo 05 – Planilha Composição de BDI.
Anexo 06 – Tabela dos Encargos Sociais.
Anexo 07 – Prancha 01 - Situação e Localização.
Anexo 08 – Prancha 02 - Seção Tipo Pavimentação.
Anexo 09 – Pranchas 03 a 11 - Projeto Geométrico.
Anexo 10 – Pranchas 12 a 29 - Cortes e Seções.
Anexo 11 – Pranchas 30 a 33 - Drenagem.
Anexo 12 – Pranchas 34 a 38 - Projeto de Sinalização e Pavimentação.

3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

As ações de pavimentação asfáltica possibilitarão que a Administração Municipal possa realizar os investimentos necessários para a melhoria da infraestrutura, pois municípios de pequeno porte, como é o nosso caso, geralmente enfrentam dificuldades nesta área, por isso entendemos que é preciso criar atrativos para desenvolver o turismo no município, e um deles é ofertar uma infraestrutura adequada que virá de encontro com a localização privilegiada do local, visto que a referida estrada, também é via de escoamento de produções do município. Além disto, trata-se da 4ª Etapa de pavimentação, ou seja, já foram executadas 3 etapas no referido local, sendo de suma importância este novo trecho que é requerido, pois é a estrada que liga Dois Lajeados a Cotiporã e São Valentim do Sul, conhecida como a Rota Turística Águas e Vales.

Outrossim, informamos que para alcançar este objetivo a Administração Municipal firmou Convênio Administrativo sob nº AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024, com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS, conforme o PROA 24/0435-0010128-5, para o recebimento de recursos, bem como o Município também aportará recursos próprios.

Desta forma, a pavimentação além de melhorar a infraestrutura rodoviária no território do Município de Dois Lajeados, irá diminuir os custos com manutenção das estradas e alavancar significadamente o desenvolvimento econômico e turístico do Município e região.

Diante de todo o exposto, firmamos ser de extrema necessidade a contratação de empresa especializada na execução das obras de pavimentação, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos.

4 – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.1 - O prazo para a execução total dos serviços será em conformidade com o Cronograma Físico Financeiro, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço, que

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



autorizar o início dos trabalhos, tendo prazo de 120 (cento e vinte) dias, admitido sua prorrogação nos termos da Lei.

4.2 - O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

5 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 - A Contratada deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

5.2 - A Contratada deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), devidamente quitada, ao Setor de Engenharia.

5.3 - A partir da data do início dos serviços a Contratada se obriga a reparar ou substituir, sem ônus ao Município de Dois Lajeados, serviços em desacordo com o que estipula o edital e o contrato.

5.4 - A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de uma semana, contratado de sua responsabilidade que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;

5.5 - É de responsabilidade da Contratada a qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto, sendo que a obra terá garantia contra defeitos ou irregularidades nas construções previstas em Lei.

5.6 – A Contratada deverá substituir todo e qualquer material que estiver fora dos padrões solicitados, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.

5.7 – A execução da obra deverá atender aos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma e proposta .

5.8 - Todos os materiais necessários e a mão-de-obra para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, que deverá tê-los à disposição para o desenvolvimento normal dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro da mesma.

5.9 - A Contratada deverá efetuar matrícula da obra constante neste objeto, junto ao INSS, caso necessário.

5.10 - A Contratada deverá colocar, no local da obra, sinalização adequada, para evitar imprevistos.

5.11 - A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

5.12 - A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços, devendo remover, após a conclusão dos trabalhos, restos de materiais e lixo de qualquer natureza, provenientes das obras, objeto do contrato;

6 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 - O contrato oriundo da contratação terão como responsáveis:

6.1.1 - A responsabilidade pela fiscalização da contratação ficará a cargo da servidora Édhyna Grando Cenci, Arquiteta CAU–A130489-5, Matrícula nº 440, Assessora de Planejamento.

6.1.2 - Ficará designado como Gestor do contrato Luciano Fossá, Secretário Municipal de Obras e Viação.

6.2 - Compete ao Gestor do Contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais, verificar o correto empenho

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



de acordo com as dotações orçamentárias, acompanhar os prazos de vigência, verificar possibilidades e necessidades de renovação ou prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração de termos aditivos.

6.3 - Compete ao fiscal do contrato exercer a fiscalização concreta do objeto, verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, dentre outras atividades relacionadas à fiscalização.

6.4 - Cumpre referir que além dos fiscais designados pelo Município, as obras serão acompanhadas pela fiscalização do DAER/RS e pelo CAT (Contrato de Apoio Técnico).

7 – DOCUMENTAÇÃO:

Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico financeira e qualificação técnica, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021, como descrito no Estudo Técnico Preliminar e detalhamento no edital.

8 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados.

8.1.2. Assegurar, durante a execução, a proteção e conservação dos serviços prestados.

8.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

8.1.4. Permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de Dois Lajeados, a inspeção da obra, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

8.1.5. Participar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de Dois Lajeados a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação.

8.1.6. Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pela Prefeitura Municipal.

8.1.7. Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer elemento do seu quadro de pessoal cuja permanência seja considerada inconveniente pela administração.

8.1.8. Responder por danos causados diretamente à Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal.

8.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive o ISSQN para a Prefeitura Municipal de Dois Lajeados.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



8.1.10. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.11. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho.

8.1.12. Manter as áreas de trabalho continuamente organizadas, limpas e desimpedidas.

8.1.13. Assumir as despesas com transporte, carga, descarga e movimentação de equipamentos relacionados com o objeto do presente contrato. Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de empregados ou equipamentos, que serão de inteira responsabilidade da Contratada.

8.1.14. Na entrega do serviço, deverão ser removidas todas as sobras de materiais e entulhos, devendo ser recuperado tudo que nesse espaço possa, eventualmente, ter sido danificado.

8.1.15. Acatar, sem ônus para o Contratante, as determinações no sentido de refazer, reparar, corrigir, remover ou reconstruir os serviços executados com vícios e/ou defeitos.

8.1.16. Cumprir a legislação e normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

8.1.17. Fornecer materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários à execução do objeto contratual.

8.1.18. Proceder aos acertos solicitados pela fiscalização.

8.1.19. Responsabilidade integral pela guarda da obra, e de seus materiais e equipamentos, até sua entrega a Prefeitura Municipal de Dois Lajeados.

8.1.20. Prestar os serviços e responsabilizar-se pela execução, conforme instruções previstas no projeto executivo, memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, e demais informações disponibilizadas pelo Contratante para a perfeita execução do avençado.

8.1.21. A Contratada certifica que examinou detidamente as disposições contidas no edital e seus anexos, pois da apresentação da proposta de preço submeteu à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto, garantindo que não alegará desconhecimento de qualquer pormenor.

8.2. São obrigações do CONTRATANTE:

8.2.1. Manter o acompanhamento e a fiscalização da execução da Obra.

8.2.2. Verificar as medições para conferência dos serviços realizados.

8.2.3. Efetuar o respectivo pagamento das Obras na forma do cronograma-financeiro observando o disposto neste Edital e no Contrato.

8.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos, pertinentes ao objeto do presente Instrumento, que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada.

8.2.5. Permitir que a Contratada instale serviços provisórios para uso de seus empregados e prepostos em local adequado, a critério do Contratante.

8.2.6. Receber provisoriamente e definitivamente a obra.

8.2.7. Impugnar e mandar demolir, ou substituir, serviços ou equipamentos executados em desacordo com os projetos ou com as especificações, ou mal executados.

8.2.8. Fiscalizar os serviços prestados, através de seus profissionais, podendo recusar qualquer serviço que não esteja compatível com o memorial descrito e projeto executivo, bem como determinar a aceitação ou não da qualidade do material empregado nos serviços.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



9 – MEDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

9.1 - Os pagamentos serão efetuados obedecendo à planilha de execução física-financeira, cuja fiscalização será acompanhada pelo engenheiro/arquiteto responsável da Prefeitura Municipal. O mesmo verificará os Laudos de Medição (Vistoria), para liberação dos valores, o que ocorrerá tão somente quando da aprovação do mesmo.

9.2 - No pagamento serão retidos as demais retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos por lei.

9.3 - Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na execução dos serviços.

9.4 - A última parcela de pagamento fica condicionada a entrega da CND (Certidão Negativa de Débitos) da obra, demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais com o INSS da obra.

10 – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E GARANTIA:

10.1 - Para recebimento do objeto, a Secretaria da Administração, juntamente com o Setor de Planejamento fará o acompanhamento nos termos do artigo 140, I "a" e "b", da Lei Federal nº. 14.133/21, da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, imediatamente depois de efetuada a entrega dos projetos e demais documentos, para efeito de posterior verificação das exigências de caráter técnico.

b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação das exigências contratuais.

10.2 - A Prefeitura Municipal de Dois Lajeados rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento, se em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo, com o abatimento de preço que couber, desde que lhe convenha.

10.3 - Após o recebimento definitivo as partes estipulam garantia contratual de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra, período em que a empresa executora será responsável em reparar ou substituir, sem ônus ao Município os defeitos apresentados na obra decorrentes da má execução, bem como pela qualidade e durabilidade da obra.

11 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas provenientes deste edital/contratação correrão à conta dos recursos consignados na **Lei Orçamentária nº 2.000/2023, para o exercício de 2024**, conforme dotações orçamentárias a seguir:

Recurso Vinculado → Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024 - DAER/RS

Recurso 1122 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales - R\$ 2.000.000,00

09 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto

1.086 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales

4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações (Despesa 113)

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



Recurso Livre → Contrapartida do Município

Recurso 0001 – Recursos Próprios - R\$ 600.000,00

09 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto

1.086 – Pavimentação Rota Turística Águas e Vales

4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações (Despesa 8117)

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente por infrações e ficará sujeito a sanções de acordo com regulamentação e conforme previsto na Lei 14.133/2021 - Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas Artigos 155 a 163 incluindo seus parágrafos e incisos.

13 - MODALIDADE LICITATÓRIA

Na forma do art. 28, II, art. 6º, XXXVIII, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, a CONCORRÊNCIA é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico, maior desconto;

Para julgamento das propostas será adotado critério de MENOR PREÇO conforme Art. 33, inciso I da Lei Nº 14.133/2021.

O regime de execução será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme disposto no Art. 46, II da Lei Nº 14.133/2021.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

As atividades eventualmente não previstas na “planilha de serviços/custos”, julgadas indispensáveis para a perfeita execução dos serviços/obras contratados, poderão ser objeto de justificativa técnica da fiscalização da Prefeitura de Dois Lajeados, submetidas à aprovação da autoridade competente. Se aprovadas, apenas poderão ser executadas após terem seus preços unitários justificados e compostos pela Contratada e aceitos pelo Contratante.

As atividades e respectivos preços unitários que venham a complementar a planilha de atividades e quantidades original serão incorporados ao contrato através de Termo Aditivo.

A Contratada deverá atender as obrigações e responsabilidades constantes neste Termo de Referência, bem como todos os critérios técnicos estabelecidos no Edital.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



ANEXO 14

TIMBRE DA EMPRESA
ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,
N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL

À
Agente de Contratação e Equipe de Apoio
Município de Dois Lajeados – RS
Ref.: Edital de Concorrência n.º 005/2024

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Apresentamos nossa proposta financeira para execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com fornecimento de material e mão-de-obra, com recursos oriundos do Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024, celebrado entre o Município de Dois Lajeados e o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS e recursos próprios, conforme o PROA 24/0435-0010128-5, de acordo com as especificações do Edital de Concorrência Eletrônica 005/2024 e seus anexos, conforme segue:

1. Valor unitário e total: O valor **TOTAL DA OBRA é de R\$** (valor por extenso), sendo que o valor de R\$(.....) corresponde aos materiais e o valor de R\$ (.....) corresponde a mão-de-obra.
2. Prazo de validade da presente proposta: não inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura;
3. Prazo de início da obra: 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo Setor de Engenharia do Município;
4. Prazo de conclusão da obra: O prazo de execução da obra é de **120 (cento e vinte) dias**, contados do recebimento da Ordem de Início dos Serviços.
5. Condições de Pagamento: Conforme Capítulo 21 do edital.
6. Declaramos para os devidos fins que nos responsabilizamos pela execução da obra e pela fiel observância dos projetos e das especificações técnicas, bem como pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, em relação ao objeto da Concorrência Eletrônica n.º 005/2024.

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Dois Lajeados

DOIS LAJEADOS
"UM PEQUENO PARAÍSO"

7. Na execução da obra observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da fiscalização assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as Especificações, Normas e Padrões estabelecidos.

8. Representante legal da empresa: nome completo e assinatura.

Local, de de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da Empresa

ANEXAR JUNTO A PROPOSTA:

1. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
2. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;
3. PLANILHA DETALHADA DO BDI
4. PLANILHA DOS ENCARGOS SOCIAIS;

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"



ANEXO 15

MINUTA DE CONTRATO nº/2024

O **MUNICÍPIO DE DOIS LAJEADOS-RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 90.221.524/0001-03, com sede na Rua Dr. Afrânio Hidalgo Lemos, 549, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº, CPF/MF nº, residente e domiciliado na Rua....., neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, estabelecida em, na Rua/Avenida, inscrita no CNPJ sob o nº ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato que foi procedido da **Concorrência Eletrônica nº 005/2024**, regendo-se pela Lei Federal nº 14.133/21, assim como pelas condições do documento que deu origem a este, termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente, a contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica de trecho da Estrada que liga Dois Lajeados a São Valentim do Sul - 4ª Etapa da Rota Turística Águas e Vales - Est. 2+820 até Est. 5+200, com fornecimento de material e mão-de-obra, tudo conforme informações contidas no edital de licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 005/2024 e proposta vencedora que são partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

1.2 - Origem dos Recursos: Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024, celebrado entre o Município de Dois Lajeados e o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS e recursos próprios, conforme o PROA 24/0435-0010128-5.

1.3 - Faz parte integrante deste objeto os materiais a serem utilizados, a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários à execução dos trabalhos, sinalização, limpeza da obra e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõem ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte do Município de Dois Lajeados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - O contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.

2.2 - O objeto da presente contrato deverá ser executado no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da ordem de início dos Serviços emitida pela Administração, podendo ser prorrogado uma vez, justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA

3.1 - No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 96, § 1º, I, e III, da Lei Federal nº 14.133/21, correspondente a 5% do valor contratado.

3.2 - A Contratada terá o prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



3.3 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do contratado em relação à execução dos serviços ora contratados.

3.4 - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A Contratada deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

4.2 - A Contratada deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), devidamente quitada, ao Setor de Engenharia.

4.3 - A partir da data do início dos serviços a Contratada se obriga a reparar ou substituir, sem ônus ao Município de Dois Lajeados, serviços em desacordo com o que estipula o edital e o contrato.

4.4 - A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de uma semana, contratado de sua responsabilidade que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;

4.5 - É de responsabilidade da Contratada a qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto, sendo que a obra terá garantia contra defeitos ou irregularidades nas construções previstas em Lei.

4.6 – A Contratada deverá substituir todo e qualquer material que estiver fora dos padrões solicitados, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.

4.7 – A execução da obra deverá atender aos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma e proposta .

4.8 - Todos os materiais necessários e a mão-de-obra para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, que deverá tê-los à disposição para o desenvolvimento normal dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro da mesma.

4.9 - A Contratada deverá efetuar matrícula da obra constante neste objeto, junto ao INSS, caso necessário.

4.10 - A Contratada deverá colocar, no local da obra, sinalização adequada, para evitar imprevistos.

4.11 – A Contratada deverá remover, após a conclusão dos trabalhos, restos de materiais e lixo de qualquer natureza, provenientes das obras, objeto deste contrato;

4.12 - A Contratada deverá atender todos os critérios técnicos estabelecidos neste Termo, bem como as demais obrigações e responsabilidades constante no Termo de Referência, anexo 13 do Edital de Concorrência Eletrônica nº 005/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - Os pagamentos serão efetuados obedecendo à planilha de execução física-financeira, cuja fiscalização será acompanhada pelo engenheiro/arquiteto responsável da Prefeitura Municipal. O mesmo verificará os Laudos de Medição (Vistoria), para liberação dos valores, o que ocorrerá tão somente quando da aprovação do mesmo.

5.2 – Os pagamentos serão efetuados em depósito em conta corrente, sendo que esta deverá estar em nome da pessoa jurídica;

5.3 - A Contratada deverá destacar na nota fiscal o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, se for o caso, de conformidade com a Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, com base na tese fixada no recurso extraordinário 1.293.453 (STF). Caso a Contratada seja optante pelo Simples Nacional ou possua Certificado de Filantropia, estará dispensada da retenção de que trata este *item*.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



5.4 - A Contratada deverá obrigatoriamente fornecer as Notas Fiscais, **constando** a identificação do processo licitatório Concorrência Eletrônica 005/2024, o número do contrato a ser firmado e a identificação do Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS - PROA 24/0435-0010128-5.

5.5 - Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na execução dos serviços.

5.6 - A última parcela de pagamento fica condicionada a entrega da CND (Certidão Negativa de Débitos) da obra, demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais com o INSS da obra.

5.7 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

5.8 - Serão processadas as demais retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas provenientes deste contrato correrão à conta dos recursos consignados na **Lei Orçamentária nº 2.000/2023, para o exercício de 2024**, conforme dotação orçamentária a seguir:

Recurso Vinculado → Convênio Administrativo AJ/CN/006/2024, FPE nº 3665/2024 - DAER/RS

Recurso 1122 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales - R\$ 2.000.000,00
09 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto
1.086 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales
4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações (Despesa 113)

Recurso Livre → Contrapartida do Município

Recurso 0001 – Recursos Próprios - R\$ 600.000,00
09 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto
1.086 – Pavimenta RS Rota Turística Águas e Vales
4.4.90.51.99.00.00 – Outras Obras e Instalações (Despesa 8117)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS:

7.1 - A Contratada ao deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas ficará sujeita as penalidades e multas previstas no edital de Concorrência Eletrônica nº 005/2024.

7.2 - São motivos de infrações à Contratada, aquelas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021.

7.3 - Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a Contratada, assegurada prévia defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pelo atraso na prestação dos serviços, pela má qualidade dos serviços prestados ou pelo fornecimento de produtos ou equipamentos inadequados e pela inobservância das especificações do Contrato.

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato por reincidência, quando da reincidência em imperfeição já notificada pela CONTRATANTE, referente aos serviços, sendo que a CONTRATADA terá um prazo de até 03 (três) dias úteis para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 156, inciso III, da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



c) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela desistência a qualquer tempo, da execução dos serviços, sem prejuízo das penalidades dos Art. 162 da Lei n. 14.133/2021.

7.4 - A aplicação da multa poderá se dar com a retenção de parte ou de todo o valor devido à Contratada, a qual será antecipadamente notificada pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO:

São motivos de extinção do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADES:

9.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/21, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 – Das obrigações da Contratada – São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

a) executar os serviços descritos na Cláusula Primeira dentro das condições técnicas exigidas, com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade;

b) responsabilizar-se pelas consequências dos atos de seus sócios, funcionários ou prepostos que agirem com imprudência, negligência ou imperícia na realização dos serviços ora contratados;

c) responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme artigo 120 da Lei 14.133/2021.

d) zelar pela segurança, higiene e medicina do trabalho, relativamente ao pessoal que utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, devendo fornecer os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos.

e) assumir única e exclusivamente a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme artigo 121 da Lei 14.133/2021;

f) conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo;

g) facilitar para os servidores do órgão ou entidade pública concedente ou agentes da Administração Federal, com delegação de competência, todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhe efetuar inspeção In loco fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento contratual;

h) permitir o livre acesso de servidores do órgão ou entidade pública e os do controle interno do Poder Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, bem como aos locais de execução do Objeto.

9.3 - O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.4 – O Município reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços, por um representante designado pela Administração, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ao preposto da empresa o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo as ocorrências ser registradas no Diário de Obra.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



9.5 – Das obrigações do Contratante – São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) Manter o acompanhamento e a fiscalização da execução da Obra.
- b) Verificar as medições para conferência dos serviços realizados.
- c) Efetuar o respectivo pagamento das Obras na forma do cronograma-financeiro observando o disposto neste Contrato.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos, pertinentes ao objeto do presente Instrumento, que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada.
- e) Permitir que a Contratada instale serviços provisórios para uso de seus empregados e prepostos em local adequado, a critério do Contratante.
- f) Receber provisoriamente e definitivamente a obra.
- g) Impugnar e mandar demolir, ou substituir, serviços ou equipamentos executados em desacordo com os projetos ou com as especificações, ou mal executados.
- h) Fiscalizar os serviços prestados, através de seus profissionais, podendo recusar qualquer serviço que não esteja compatível com o memorial descrito e projeto executivo, bem como determinar a aceitação ou não da qualidade do material empregado nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Nos termos do artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/21, a responsabilidade pela fiscalização desta contratação ficará a cargo da servidora Édhyne Grando Cenci, Arquiteta CAU–A130489-5, Matrícula nº 440, Assessora de Planejamento.

10.2 - Dentre as responsabilidades do fiscal, está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

10.3 - Fica designado como Gestor do presente contrato o servidor municipal Luciano Fossá, matrícula nº 491, Secretário Municipal da Obras e Viação.

10.4 - Além dos fiscais designados pelo Município, as obras serão acompanhadas pela fiscalização do DAER/RS e pelo CAT (Contrato de Apoio Técnico).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO:

11.1 - Para recebimento do objeto desta contratação, a Secretaria da Administração, juntamente com o Setor de Planejamento fará o acompanhamento nos termos do artigo 140, I “a” e “b”, da Lei Federal n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, imediatamente depois de efetuada a entrega dos projetos e demais documentos, para efeito de posterior verificação das exigências de caráter técnico.

b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação das exigências contratuais.

11.2 - Após o recebimento definitivo as partes estipulam garantia contratual de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra, período em que a empresa executora será responsável em reparar ou substituir, sem ônus ao Município os defeitos apresentados na obra decorrentes da má execução, bem como pela qualidade e durabilidade da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente contrato, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



12.2 - O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial do Município e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

12.3 - É obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta (art. 92, XVI da Lei 14.133/21).

12.4 - A Contratada deve aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

12.5 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo se devidamente justificado e previamente aprovada pela administração.

12.6 - O Contratante promoverá a publicação do extrato deste instrumento na imprensa oficial do Município, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6 - Nos casos omissos ou não previstos no presente contrato, serão observadas as disposições legais da Lei n.º 14.133/21.

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé/RS para solucionar todas as questões oriundas deste instrumento, renunciando, as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 - O presente contrato obriga os contratantes, seus herdeiros e/ou sucessores, ao integral cumprimento do aqui avençado.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento de forma eletrônica, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Dois Lajeados - RS, de de 2024.

MUNICÍPIO DE DOIS LAJEADOS
P/ Sr. Prefeito Municipal
CONTRATANTE

.....
P/ Sr.....
CONTRATADA

Assessor Jurídico

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"